



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da  
Assembleia Legislativa da Região  
Autónoma dos Açores  
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

<b>S/Referência</b>	<b>S/Comunicação</b>	<b>N/Referência</b>	<b>Data</b>
S/42/2023	05/01/2023	Sai-AP/2023/25	20/02/2023

**ASSUNTO:** Requerimento n.º 528/XII (PAN) – “Procedimento concursal para o cargo de Diretor de serviços de Apoio ao Investimento e à Competitividade da Direção Regional do Desenvolvimento Rural no âmbito da oferta n.º 653/2021 disponível na plataforma BEPA”, apresentado pelo Senhor Deputado Pedro Neves, da Representação Parlamentar do PAN, Pessoas-Animais-Natureza

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelo Senhor Deputado Pedro Neves, da Representação Parlamentar do PAN, Pessoas-Animais-Natureza, cumpre-me informar V. Ex<sup>a</sup>. do seguinte:

**1- Quais os critérios de apreciação e ponderação da Avaliação Curricular e da Entrevista Pública, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa para o presente procedimento concursal?**

Remete-se a Ata nº 1 com os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista pública.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

**2- Qual o motivo da anulabilidade da lista de ordenação final dos candidatos em 28 de dezembro de 2022 - conforme consta na oferta n.º 653/2021 na plataforma online BEPA, após a publicação do Despacho n.º 2559/2022, de 27 de Dezembro de 2022, que procedeu à nomeação da Diretora de Serviços de Apoio ao Investimento e à Competitividade – Direção Regional do Desenvolvimento Rural da Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural?**

Atendendo a que se verificou que tinha sido indevidamente anexado um documento que não correspondia ao solicitado no referido ponto, o mesmo foi anulado na plataforma BEPA. Refira-se que, ao abrigo do nº 6 do artigo 21º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei nº 51/2005, de 30 de agosto e pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro, o júri deve abster-se de ordenar os candidatos.

**3- Quando se prevê a disponibilização pública na respetiva plataforma da lista de ordenação final dos candidatos?**

Não aplicável ao pessoal dirigente, por força do disposto no nº 6 do artigo 21º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei nº 51/2005, de 30 de agosto e pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro.

Em anexo as atas digitalizadas, conforme solicitado.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**  
Data: 2023.02.20 13:52:02-01'00'

